



- 1 – Alinhar objeto, valor e parcelas com a engenharia.
- 2 – Cadastrar no Plano de trabalho no SISCONV.
- 3 – Solicitar abertura de processo no protocolo da UGPE (**ORGANIZAR DOCUMENTOS SEGUINDO A SEQUÊNCIA DO CHECK LIST**).

CHECK LIST - UGPE

Nº	DESCRIÇÃO	APRESENTOU			
		Sim	Não	N/A	Ressalvas
DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO PROPONENTE					
1	Ofício de Entidade ao titular do órgão da Administração Pública Direta ou Indireta do Estado propondo a celebração do Convênio				
2	Plano de Trabalho Elaborado pelo Município (Anexo A)				
3	Plano de trabalho SISCONV				
4	Projeto básico no caso de obras e serviços, devendo ainda, conter os elementos discriminados no inciso IX, do art. 6º, da Lei nº 8.666/1993, inclusive os referentes à implementação das medidas e sugeridas nos estatutos ambientais eventualmente exigidos, conforme disposto no art. 12, da Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 (Anexo B)				
5	Proposta de preços (no mínimo 3)				
6	Comprovante de abertura de conta bancária específica para o convênio emitida pela Instituição Financeira, contendo o número da agência e da conta;				
DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS					
7	Diploma do Prefeito				
8	Termo de compromisso e posse do Prefeito				
9	Documentação pessoal do prefeito				
10	Comprovante de residência, nº de contato				
11	Ficha de cadastro de representante legal do convênio				
12	Lei autorizativa para celebrar convênios				
13	Ficha Cadastral do CNPJ				
DOCUMENTOS DE REGULARIDADE FISCAL					
14	Fazenda Federal				
15	Estadual				
16	Municipal do domicílio ou sede do conveniente				
17	Prova (certidão) de regularidade Social relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS				
18	Prova (certidão) de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.				
19	Impressão da consulta de Autenticidade da Regularidade Fiscal				
DECLARAÇÕES					
20	Declaração/comprovação de que observa os limites de endividamento consolidado e mobiliário, de operação de crédito,				



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

	inclusive por antecipação de receita, de inscrição em restos a pagar e despesas com pessoal.				
21	Declaração/Comprovante que cumpre os limites constitucionais à educação e à saúde				
22	Declaração de que não está em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão entidade da Administração Pública Direta e Indireta Federal, Estadual e Municipal				
23	Declaração de adimplência quanto a seus servidores				
24	Declaração de contrapartida/ comprovação de que possui previsão orçamentária para contrapartida: Quadro Demonstrativo de Despesas (QDD), LOA				
25	Declaração que tenha instituído previsto e esteja efetivamente arrecadando os impostos de sua competência.				
26	Declaração de adimplência quanto a prestação de contas anteriores				
27	Certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis competente de titularidade de domínio do terreno e/ou imóvel, onde o projeto será executado.				
28	Prova de titularidade de domínio do terreno e/ou imóvel onde o projeto será executado;				
EQUIPAMENTOS					
29	Especificação Técnica				
30	Folders				
31	Plano de Uso				
EVENTOS					
32	Plano de Execução, contendo: número de participantes/beneficiados e estimativa de público visitantes. Se entrada franca, etc.				
DOCUMENTOS EMITIDOS PELA UGPE					
33	Certidão ou documento equivalente, expedido pelo órgão concedente, de que a beneficiária se acha em dia quanto às prestações de contas de transferências Voluntárias concedidas anteriormente e quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor ² .				
34	Pareceres técnicos e jurídicos do órgão acerca da minuta do ato de transferência voluntária				
35	Estimativa de impacto orçamentário-financeiro				
36	Declaração do ordenador da despesa nos termos do artigo 16, incisos I e II, da Lei complementar n 101/2000.				
37	Comprovante da ciência da assinatura do ato de transferência à Assembleia Legislativa ou a Câmara Municipal do Convenente ou contratante, conforme o caso (art.116. §2º da Lei N° 8666/93				
38	Chamamento de Público				



ANEXO A
(PLANO DE TRABALHO)

Nº	DESCRIÇÃO	APRESENTOU			
		Sim	Não	N/A	Ressalvas
1	Dados Cadastrais (Prefeitura e/ou representante da instituição)				
2	Outros Partícipes				
3	Descrição do Projeto (Objeto, período de execução, identificação dos serviços, justificativa)				
4	Em caso de reforma, a Entidade deverá apresentar fotos da obra.				
5	METAS / ETAPAS (De acordo com o cronograma)				
6	Plano de Aplicação (Natureza da despesa 44.40.42 – Auxílios, com os valores do concedente e proponente)				
7	Cronograma de Desembolso (Cronograma do concedente e proponente)				
8	Declaração				
9	Aprovação pelo Concedente				



ANEXO B (PROJETO BÁSICO)

Nº	DESCRIÇÃO	APRESENTOU			
		Sim	Não	N/A	Ressalvas
1	Planilha orçamentária (com preços atualizados, identificando a tabela utilizada, o mês de referência e os códigos dos serviços) (Utilizar as tabelas oficiais: SINAPI ou SICRO-DNIT) (Assinada pelo (a) Engenheiro (a));				
2	Cronograma físico-financeiro (Conforme metas/etapas e com data base) (Assinado pelo (a) Engenheiro (a)); c. Memória de cálculo (Assinado pelo (a) Engenheiro (a))				
3	Composição de Preço Unitário – CPU (Dos serviços que não constam na tabela utilizada no orçamento – indicar referência da CPU e códigos dos insumos) (Assinado pelo (a) Engenheiro (a));				
4	Detalhamento de BDI e leis sociais				
5	Especificação técnica/memorial descritivo (Assinada pelo (a) Engenheiro (a) ou Arquiteto (a));				
6	PROJETOS: - EDIFICAÇÕES: ARQUITETURA: Implantação, Planta baixa, Cortes e Fachadas. COMPLEMENTARES: Estrutural, Hidráulica, Hidrossanitárias, Elétrica, SPDA, Lógica e Combate a Incêndio. (Assinados pelo (a) Arquiteto e/ou Engenheiro (a)) SONDAGEM DO TERRENO (Assinado pelo (a) Geólogo (a))				
7	OBRAS VIÁRIAS: localização (zona/bairro), localização de jazida (se necessário), bota fora, usina e canteiro para cálculo de DMT; projeto Geométrico, Terraplenagem, Pavimentação, Drenagem, Topografia e Sinalização).				
8	ART's e RRT (do responsável pela assinatura da documentação técnica);				
9	Em caso de obras, apresentar licença ambiental ou declaração de Inexigibilidade emitido pelo IPAAM de acordo com a Lei Estadual nº 3.785, de 24 de julho de 2012				



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

10	Estudo de viabilidade do projeto				
11	CD Contendo os Itens listados acima				